

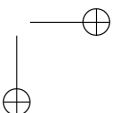
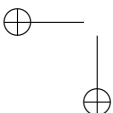


Jorge Mangorrinha

Conselho da Cidade das Caldas da Rainha: origens e contextos

Lisboa

2015







Jorge Mangorrinha

**Conselho da Cidade das Caldas
da Rainha: origens e contextos**

IECCPMA, CLEPUL

Lisboa

2015





FICHA TÉCNICA

Título: *Conselho da Cidade das Caldas da Rainha: origens e contextos*

Autor: Jorge Mangorrinha

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

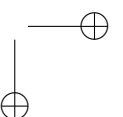
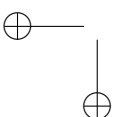
Instituto Europeu Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

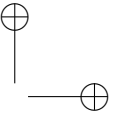
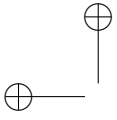
Lisboa, fevereiro de 2015

ISBN – 978-989-8814-04-3

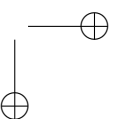
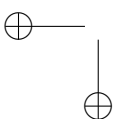
O texto mantém a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto Estratégico “PEst-OE/ELT/UI0077/2014”





Conselho da Cidade das Caldas da Rainha: origens e contextos

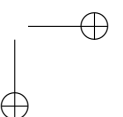
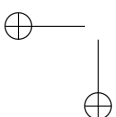






Índice

Introdução	7
Antecedentes	9
A Viragem de Século	13
Os Cidadãos e o Território	21
A Publicitação da Cidadania	25
O Conselho da Cidade – primeiros anos	29
Nota Conclusiva	33
Referências Bibliográficas	35



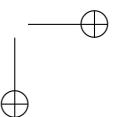
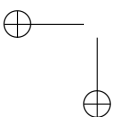


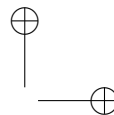


Introdução

O Conselho da Cidade das Caldas da Rainha – Associação para a Cidadania – tem origens e contextos singulares no espaço português. É disso que trata este pequeno contributo, que tem como objectivo deixar o testemunho de quem apenas tem uma modesta dose de responsabilidade na génese desta realidade cidadã nas Caldas da Rainha, sem que se deseje que o mesmo se sobreponha a outros futuros contributos, sempre necessários, agora que se completam 10 anos (2005-2015) sobre a sua constituição formal, com personalidade jurídica.

Como antecedentes desta realidade mais recente, identificamos na história dos últimos cem anos das Caldas da Rainha alguns marcos que foram expressão de uma interessante participação dos cidadãos pela vida urbana para além dos trajectos pessoais e quotidianos. Caldas sempre teve quem por ela se interessasse de uma forma genuína. Foi pela cidadania que ganhou um dinamismo ímpar no contexto nacional que a levou à elevação ao estatuto de *Cidade* (1927). Foi pela cidadania que, em sentido duplo, foi tão significativa a época dos estrangeiros refugiados da II Guerra Mundial. Foi pela cidadania que o Teatro Amador Caldense singrou sobretudo durante os anos 50 e 60. Foi pela cidadania que se assistiu a diversas manifestações culturais após o 25 de Abril de 1974, numa terra de tradições republicanas, mas que desde sempre foi abençoada pelos reis. Tem sido pela cidadania que alguns (poucos)

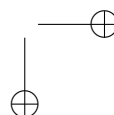
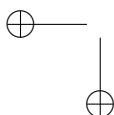




apelam à sobrevivência do património das origens e às respectivas funções, com particular destaque para o termalismo no primeiro hospital termal do mundo. Terra de contradições, talvez, ou de contrastes e conflitos, aspectos que a cidadania local, tal como a conhecemos hoje, teve e tem de enfrentar.

Estes antecedentes são, apenas, uma súmula de alguns pontos de contacto entre o passado e presente, no que diz respeito a movimentos de cidadãos que despendem tempo pelas causas da terra. Porém, é certo, nunca muito abrangentes no número.

O Conselho da Cidade das Caldas da Rainha nasceu associado ao poder político local e a um ciclo autárquico (2002-2005), para se desenvolver para além desse poder, como previsto, mas com ele nunca deixando de dialogar, por iniciativa cidadã, embora tenha sofrido do seu alheamento, quando num segundo ciclo autárquico (2005-2009) houve quem se quisesse distanciar ou mesmo tentar a extinção desta Associação. A resistência por parte de quem a tem levado a sobreviver até ao momento – numa experiência excepcional – leva-nos à certeza de que quando se avançou para um desafio autárquico, tendo como primeiro objectivo o de constituir um Conselho da Cidade, se decidiu bem, apesar do muito que se disse e escreveu, o que afinal é o sinal mais confortante, porque isso representa a força das ideias e porque o nosso receio de prever o imprevisível não deve dissuadir-nos do nosso dever de prever o previsível, agindo.

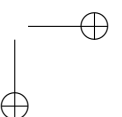
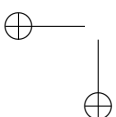




Antecedentes

A elevação das Caldas da Rainha ao estatuto de cidade constituiu uma etapa importante num processo de dinamismo interno, para o qual os aspectos cívicos foram determinantes, em torno de uma ideia de polarização regional, que o recente 28 de Maio de 1926 não fizera perigar, e também numa vontade de modernização urbanística. O crescimento da então vila verificara-se, sobretudo, desde o último quartel do século XIX, em termos populacionais e na taxa de urbanização. O comércio era florescente, muito à volta do sucesso que causavam o hospital termal e o mercado de levante.

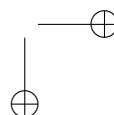
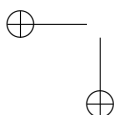
As forças vivas caldenses protagonizavam esse desejo de progresso, em diferentes cenários e eixos de desenvolvimento, como a saúde, o comércio e a agricultura. Se os dois primeiros estavam profundamente associados, a agricultura, por seu turno, seria o motivo para que esse grupo dinamizasse a realização de exposições (1920, 1921, 1923, 1925 e 1927), sendo a última aquela que mais mobilizou as forças vivas locais, tendo em vista atrair as atenções do poder central. Para tal, foi fundamental concretizar um conjunto de obras, para as quais também se assumiu como essencial a criação da Comissão de Iniciativa (1924). Este projecto regionalista ambicionava muito mais do que as obras concretizadas nos anos 20, partindo-se para um plano de prioridades e uma visão urbanística associada. O grupo mobilizador fundou – podemos





afirmá-lo – a cidadania nas Caldas, pondo o seu trabalho cívico e as suas capacidades e esforços em prol do desenvolvimento, com consequências positivas nas décadas de meados do século.

Conta-se que foi com espanto que os caldenses viram chegar os primeiros refugiados de guerra e as suas diferentes posturas quotidianas. O governo de Oliveira Salazar escolheu as localidades com maior capacidade hoteleira. A pacata cidade termal alojou-os. Nos caldenses, não se consta que tivesse havido sinais de xenofobia ou anti-semitismo. Quem com os refugiados conviveu teve, sobretudo, uma postura de intercâmbio, facilitando a sua estada e recebendo o cosmopolitismo, a cultura e a mentalidade centro-europeias, que depressa se expressaram nos espaços públicos, como os cafés da cidade. Foi nesses refugiados que se assistiu, também, a sinais de cidadania, como a história de Georges Dobrynine (*Papa Ours*), que galvanizou a cidade para a prática do desporto. A alteração de hábitos de muitos caldenses acabou por ser uma consequência da presença deste contingente de refugiados, a quem tão bem se acolheu, num gesto de manifesta cidadania e até altruísmo, de acordo, aliás, com a modernidade que a cidade almejava, através do planeamento urbanístico e da construção de novos e modernos equipamentos e infra-estruturas. Esta pacata cidade quase que se transfigurava, positivamente, durante a época estival, e os caldenses eram naturalmente hospitaleiros, apesar do controlo por parte de uma elite conservadora, ligada ao comércio e à agricultura. Mas a cidade atingia uma visibilidade na cultura, e nas artes em particular, através do reconhecimento externo dos seus mais notáveis artistas na cerâmica, pintura e escultura, como por exemplo a realização do I Salão de Artistas Caldenses (1929), o que levou também à dinâmica liderada por António Montês para inaugurar o Museu José Malhoa, como resultado de um mais vasto empenho local para potenciar o relevo das Caldas da Rainha nas artes contemporâneas e, em particular, o nome do mais popular pintor português da época e caldense de nascimento (José Malhoa).



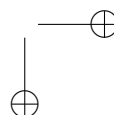
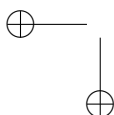


Um pólo regional afirmava-se para além das termas, mas contando com os fluxos de aquistas que alimentavam, também, o comércio local. Um dos corolários dessa dinâmica cidadã foi a oportunidade oferecida à cidade de receber as Comemorações Centenárias na Província da Estremadura (1940).

A cultura foi, aliás, uma parte importante da participação dos caldenses durante as décadas seguintes, no Conjunto Cénico Caldense e na Tertúlia Artes e Letras, espaços de extraordinário envolvimento cívico e intelectual. À cidade já não afluía a fina flor da aristocracia e da burguesia, mas novas classes médias que admiravam o ambiente desenvolto que aqui se respirava, talvez decorrente dessa convivência com os refugiados judeus. Foi um fôlego novo na convivialidade, marcado também pela modernização já visível do espaço público, aspectos motivadores para quem, residentes, procuravam novos motivos de interesse para o seu quotidiano, a que também não seria alheia a procura da actividade cultural como forma de combate a uma política analfabetizante.

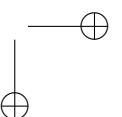
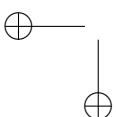
Esta corrente cidadã seria responsável, mais tarde, por uma verdadeira torrente de iniciativas culturais, já em Democracia, muitas delas em torno da Casa da Cultura, equipamento incluído no património hospitalar. O tema das termas caldenses, do seu património e da regeneração de uma actividade em perda foi, aliás, recorrentemente assumido por diversas entidades que, por vezes, tomaram-no como motivo de debate e participação cidadã. O autor destas linhas assumiu o tema como central nos estudos universitários, bem como na intervenção cívica, por exemplo numa crónica semanal – “À Volta das Termas” –, a única regularmente sobre termalismo num periódico português (*Gazeta das Caldas*, 1998-2002). Foi um gesto e uma responsabilidade, num período difícil para as termas caldenses, pretendendo-se lançar alertas e pistas, mostrar boas práticas, sonhar a criação de algo com características próprias e com valor de coisa singular.

A isto se junta uma realidade dura que foi a degradação paisagística da cidade a partir do final dos anos 60, com maior gravidade na explosão construtiva desnordeada que foi cruelmente permitida nas zonas





de expansão urbana, nas décadas de 1980 e seguintes, com pontuais desvarios no centro. Para muitos com maior sensibilidade para estas questões, a cidade perdia o encanto e a harmonia de outros tempos. O poder autárquico era permissivo ao avanço dos empresários da construção, e estes sentiam naquele uma aliança sem precedentes, de que o frágil corpo de técnicos não podia sobrepor-se. A consequência desta realidade viria a sentir-se, sobretudo, anos mais tarde, na viragem do século, quando se percebe claramente que a dimensão do problema hipotecaria para muitas décadas – ou para sempre – o desenvolvimento integrado e harmonioso.





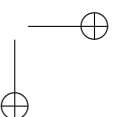
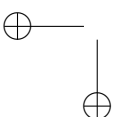
A Viragem de Século

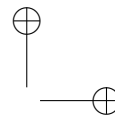
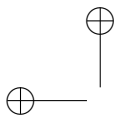
À entrada de um novo século, questionava-se, à escala global, a necessidade de uma reforma social, suportada pelos pilares da democracia, da economia, da cultura e da ciência, que não dispensariam novos paradigmas políticos, por um lado, e maior participação cívica, por outro, mas em desejável articulação. Neste pensamento, estaria subjacente, para Portugal, a existência de um défice de democracia e de cidadania, que importaria mudar. Essa articulação seria tanto ou mais eficaz quanto a participação cidadã se fizesse, compreendendo que o Estado se faz no dia-a-dia, numa cooperação que potencia uma maior competitividade das regiões e do País.

No mesmo sentido, falava-se da necessidade de novos modelos sociais, da pluridisciplinaridade e de novas visões sobre o mundo.

Neste sentido, o poder local era visto como a instância de representação e exercício de competências administrativas, em que estas, no direito e dever cívicos, devem ter um papel cada vez mais interventor, na discussão das políticas públicas e no destino a dar às receitas e despesas municipais. Por isso, a institucionalização da cidadania tornava-se um desejo, porque seria potencialmente uma resposta eficaz.

Nesses anos, Porto Alegre (Brasil), Barcelona (Espanha) e Coimbra (Portugal) respondiam a este desafio e às formas contemporâneas de democracia urbana participativa.

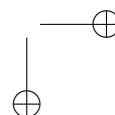
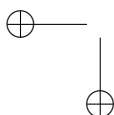




Nas Caldas da Rainha, a defesa da ideia de uma mais intensa participação cidadã era falada em diferentes reuniões cívicas e foi lançada publicamente pelo movimento CLIC – Cidadania de Livre Iniciativa Caldense, através da defesa da constituição de um Conselho da Cidade (22 de Junho de 2001). Ao contrário do modelo de Coimbra, nascido e desenvolvido no seio dos cidadãos e da Pró-Urbe – Associação Cívica de Coimbra e, assim querendo manter-se, defendeu-se que um Conselho da Cidade, nas Caldas da Rainha, devia cooperar de forma directa, organizada, activa e autónoma com os órgãos eleitos da autarquia, dinamizando a cidadania, institucionalizando-a, e promovendo a qualificação e transparência das decisões políticas. A sua criação conduziria a um órgão de intervenção cívica e democrática na gestão do município, não para obstruir, mas exercer uma actividade institucionalizada de colaboração crítica e construtiva, com base numa cultura urbana de cidadania plena, em que a população se revisse nele.

O CLIC foi um movimento cívico com agenda política, apresentado publicamente a 2 de Abril de 2001, constituído por caldenses de diferentes origens, sendo que uns nasceram nas Caldas, outros têm destas uma relação adoptiva. Politicamente, o grupo fundador tinha o espectro mais amplo que se poderia imaginar, desde simpatizantes do Bloco de Esquerda ao Partido Popular.

As diferenças entre os projectos das Caldas da Rainha e de Coimbra eram de método, mas com objectivos semelhantes. O primeiro ambicionava o poder da Democracia Representativa, no qual se constituiria um Conselho da Cidade, composto por cidadãos, mas com ligação estreita com o quotidiano autárquico; o segundo apostava, antes, na realização de um Congresso pela Cidade, tendo em vista a elaboração de uma Carta Constitucional para Coimbra e um Conselho da Cidade. Num e noutro não houve dúvidas nos caminhos trilhados. Ambos pediam a participação alargada dos cidadãos. Mas essa participação ficou, nos dois casos, aquém do desejado. Em Coimbra, sentiu-se a participação de pessoas originárias de um nicho socio-cultural, enquanto nas Caldas, apesar de a participação ter sido socialmente mais abrangente,





o número não chegou para a candidatura às eleições autárquicas desse ano. Ambos os projectos tiveram um fim célere mas, por diferentes métodos, conseguiram concretizar o seu mais importante projecto, a criação de um Conselho da Cidade, deixando expressas, em manifestos, as suas ideias para o futuro de cada cidade.

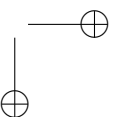
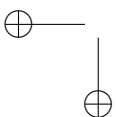
Manifesto CLIC

O Movimento “Cidadania de Livre Iniciativa Caldense” pretende lançar sementes de esperança para outro futuro.

O desenvolvimento das Caldas da Rainha deve partir do dinamismo dos cidadãos, chamados a uma dupla dimensão: o direito de viver em sociedade e o dever de desenvolverem uma actividade colectiva. A construção da cidadania exige mecanismos que restituam o acesso da comunidade à vida pública. Uma cidadania moderna e activa conduz a mais democracia e a melhor desenvolvimento. Entendemos que a própria qualidade da democracia exige um maior envolvimento de cidadãos activos, respeitados nas suas actividades e independentes politicamente.

Pretendemos criar condições práticas para uma maior participação da comunidade caldense, onde esta assuma aquilo que realmente sente, mantendo as tradições locais e promovendo a qualidade do território, em busca de um desenvolvimento sustentável.

Este Movimento tem uma posição sobre a agenda autárquica, independente dos partidos e das opções individuais dos seus membros. Não disputamos o terreno dos partidos políticos, cuja importância na democracia nem sequer se questiona. Mas porque as questões autárquicas são afinal o nosso quotidiano iremos discuti-las em qualquer cenário do debate autárquico.





Queremos que as nossas propostas semeiam um futuro melhor para as Caldas.

O Movimento nasce com uma base de conhecimento, afecto e criatividade que pomos ao serviço da região. Uma cidade melhor criará um movimento centrífugo, beneficiando o concelho e reforçando o papel singular das Caldas da Rainha na região e no país.

Assistimos nos últimos 20 anos ao desaparecimento dos símbolos urbanos caldenses, sem que se registasse o desenvolvimento de projectos mobilizadores e intervenções de que resultassem símbolos adquiridos. Se não se inverter esta lógica, Caldas da Rainha tornar-se-á num subúrbio desqualificado a breve prazo.

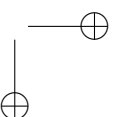
Não se trata apenas de criticar a ausência do PDM, mas algo de mais profundo. Entendemos que não há um pensamento sobre a cidade e se têm desbaratado, uma a uma, todas as referências históricas. Não nos resignamos, porque amamos demasiado as Caldas.

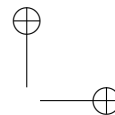
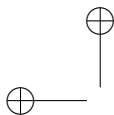
Não nos resignamos, não paramos na crítica. Vimos propor e tomar partido na discussão autárquica por entendermos que as respostas não devem ser só de quem decide mas também de cidadãos que querem assumir riscos e responsabilidades. É da responsabilidade de quem critica vir a público oferecer trabalho.

Não nos perguntem o que nós podemos fazer por vós, mas o que todos temos de fazer pelas Caldas.

Caldas da Rainha, 2 de Abril de 2001

A este manifesto, seguiram-se debates, adesões e troca de informações. Mas a realização de um périplo pelas freguesias do concelho terá constituído um importante trabalho de diagnóstico que deu origem a uma





“Agenda de Prioridades Caldas 21”, com base em seis meses de estudo. Com um preâmbulo em dois tópicos – “Caldas Presente” e “Escolher o Futuro” – já era clara uma incidência em eixos centrais: Organização, Educação, Cultura, Ordenamento do Território, Ambiente, Saúde, Indústria, Economia, Imagem Urbana e Intermunicipalidade.

Projecto Coimbra 2001

Preâmbulo

Considerando a crescente perda de influência e protagonismo de Coimbra aos mais diversos níveis e por diferentes factores endógenos e exógenos;

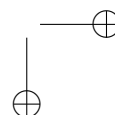
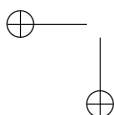
Considerando que esta situação não é irreversível nem é uma fatalidade, reconhecendo em Coimbra qualidades únicas, que nunca deveriam ter conduzido à situação de despromoção em que se encontra, e capacidade para a inverter;

Tendo por base o levantamento de problemas, os diagnósticos e as sínteses temáticas elaboradas pelos diversos Grupos de Trabalho da Pro Urbe, nos últimos dois anos;

Os cidadãos reunidos no primeiro Congresso da Cidade, realizado nos dias 25 e 26 de Maio de 2001, aprovam as seguintes linhas orientadoras que constituem o Projecto Coimbra 2001.

No projecto de Coimbra, a este preâmbulo, seguiam-se 7 eixos de desenvolvimento (Ambiente e Espaços Verdes; Desporto; Saúde; Espaços Urbanos; Cultura e Turismo; Economia, Emprego e Exclusão Social; e Educação), ou seja, os mentores do projecto propunham-se intervir em variados campos da vida da cidade, o que denotava um compromisso com a cidade de Coimbra.

Os anos seguintes foram de alheamento por parte dos cidadãos e dos poderes municipais, aspecto hoje assumido por aqueles que dinamizaram aquela Associação Cívica, criada em 1996 e, actualmente em





estado de inactividade, ou seja, tal como está o Conselho da Cidade de Coimbra. Esta realidade resulta das próprias características deste tipo de activismo. Como estas pessoas não prestam serviços quotidianos aos cidadãos e são vistos como defensores de sonhos e utopias, a sua vida associativa tende a fragilizar-se no tempo, se não houver uma institucionalização da mesma. E esta pode ser conseguida desde as suas origens, ou mais adiante, mas é essencial que se faça.

Foi esse caminho que, nas Caldas da Rainha, se tomou.

A partir do momento em que a participação cidadã foi escassa para uma candidatura autónoma às eleições autárquicas desse ano e o perigo de uma desagregação do movimento ser possível por falta de enquadramentos, abriram-se outras possibilidades, decorrentes de iniciativas exógenas ao grupo, tendo em vista criar uma âncora que pudesse ter força suficiente junto dos órgãos eleitos para a constituição do Conselho da Cidade.

A participação de um dos seus mentores nas listas do partido maioritário, com uma carta de princípios assinada, revelou-se uma vez mais a aposta por um método novo e pela via mais eficaz, de outras que se colocaram. Esta decisão, embora do foro íntimo, não deixou de ser antecipadamente partilhada, interna e externamente, recebendo, não a unanimidade, mas um amplo apoio.

Escreveu-se, mais tarde, sobre “novas ideias para a gestão urbana da cidade”, mas que uma candidatura independente às eleições autárquicas teria sido comprometida pela ausência de uma “vaga de fundo popular” (LOPES, M., 2006). Na altura, outros, porém, referiram “armas secretas” ou “cavalos de Tróia”, sobre “discursos que se trocam” e “conversão inopinada de uns a outros”, sobre “dois presidentes da Câmara: um, o que encabeça a lista, para os actos de representação e, outro (...), um verdadeiro estratega da cidade e do concelho” (*Gazeta das Caldas*, 19 de Outubro de 2001). Nunca o mesmo periódico se referiu à intenção central de poder constituir um Conselho da Cidade, verdadeiramente a principal razão deste acordo, depois de falhadas as possibilidades de se avançar autonomamente, por falta de comparência cidadã em número

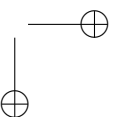
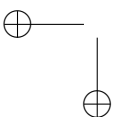




suficiente. Claro que nessa hora não interessa, também, por parte de quem critica, invocar posturas de coragem cívica e política, mas deixava – e bem – antecipar uma coisa: “como fazer planeamento urbano depois de um quarto de década de deserto de ideias neste domínio” (*Gazeta das Caldas*, 2 de Novembro de 2001), e isso demonstrou-se em quatro anos, apesar das dificuldades. E o silêncio premonitório, na voz e na escrita e como consequência desta decisão, não se confirmou – e não se confirma.

Ao mesmo tempo, em contrapartida, também se escreveu sobre a necessidade de uma “gestão rigorosa e sustentada para as Caldas, no quadro da total incapacidade das oposições de apresentar qualquer alternativa com um mínimo, um resquício, de credibilidade, (...) [e] num quadro de total transparência, (...) porque uma vereação precisa de um lastro e só se justificará se for ao encontro da sociedade civil. Sobretudo esta vereação e o seu futuro” (*Gazeta das Caldas*, 16 de Novembro de 2001).

Parafraseando as palavras recentes do ambientalista e meu amigo António Eloy, este meu envolvimento pessoal “merecia outras cidadanias para desenvolver um projecto de cidade, que [Jorge Mangorrinha] ainda estimulou numa vereação independente, com os pés cortados pelo mencionado soba” (ELOY, A., 2014).







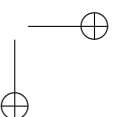
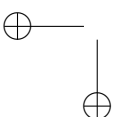
Os Cidadãos e o Território

O orgulho pelas cidades expressa-se tanto mais quanto os cidadãos se integram e são integrados no pensamento do seu território. Contudo, sabemos como a sua atitude e participação neste contexto oscilam entre a ausência, ou a actuação tímida e incapaz de se impor, ou, não por poucas vezes, em atitudes extremas de contra-poder. Qualquer das atitudes cria um clima de desconfiança generalizado, onde não só os cidadãos não se sentem representados, nem vêm satisfeitos as suas vontades e anseios por aqueles que elegeram, como também estes se revelam distantes para actuar em sintonia com as populações.

Tem sido difícil ultrapassar a consciência, por parte de todos os intervenientes, de que a participação dos cidadãos, na definição dos destinos comuns, vai para além do acto de votar. Essa é uma tarefa dos cidadãos e dos representantes dos organismos públicos e privados, apesar de que o exercício da cidadania se encontra ainda fortemente limitado na sua prática, porque a participação dos cidadãos não pode ser entendida como técnica e científica, mas sobretudo vivencial, tão importante que é para o planeamento.

É que a cidadania, nas suas origens, tinha como pressuposto uma vivência política activa em comunidade.

Na Grécia Antiga, Péricles, o Grande General que comandou Atenas na guerra contra Esparta, fez o elogio de Atenas num histórico discurso





em que afirma que os atenienses não consideram o cidadão que não participa das questões públicas como uma pessoa sem ambições mas sim como um inútil. Esse discurso tornou-se, ao longo da História, um modelo adoptado por oradores políticos para enaltecer o orgulho dos integrantes de uma comunidade e a capacidade do político de entendê-los em profunda comunhão de sentimentos. O discurso de posse de John F. Kennedy, em 1960, é um exemplo típico do uso desta estrutura de discurso nos tempos modernos.

Péricles referiu que os “homens públicos”, além da política, possuíam actividades privadas, e os cidadãos, ainda que ocupados nos seus negócios, deveriam ser julgadores sensatos das questões públicas. Os atenienses deveriam ser capazes de opinar sobre os temas, e, ao invés de encararem as discussões como um obstáculo para a acção, deveriam considerá-las como a preliminar indispensável para qualquer acção prudente e sábia. Considerava que, na generosidade, os homens atenienses eram singulares.

Esta generosidade que nos fala Péricles é determinante para a participação cidadã na coisa pública, porque todos devemos ser responsáveis pela construção e manutenção do território em que nos movemos. Planeá-lo, pensar no seu futuro, é um fenómeno social, político, técnico e estético. O modo como construímos e tratamos das nossas cidades prende-se com a forma de estar na vida, sejamos seus gestores ou utentes. As cidades são a vontade de uma sociedade e a visão de quem a gere, um equilíbrio entre as necessidades e potencialidades. Nesta partilha de competências, importa gerir compromissos e responsabilidades distintas. Só assim as cidades são verdadeiramente transformadoras e avançadas no conhecimento e desenvolvimento.

Mas será que podemos inverter, numa sociedade culturalmente pobre e muito acomodada, a falta de generosidade material para outra coisa que não o consumo, mas também as políticas culturais que se cingem a dar respostas às solicitações imediatas e eleitoralistas e sem a integração alargada de técnicos e da sociedade civil?



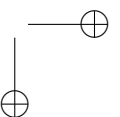
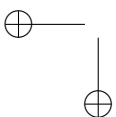


É que, se cabe ao poder político traçar uma estratégia de planeamento e concertação social, também não é menos verdade que à sociedade civil e às instituições do território cabe uma colaboração activa e responsável.

O planeamento do território é um instrumento político para permitir o desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, compreende uma forma de mudança social, que acrescenta aos tradicionais objectivos de desenvolvimento o objectivo da obtenção da sustentabilidade ecológica. Respeitar este conceito de desenvolvimento é controlar a localização das actividades humanas, prevenir a degradação ambiental e democratizar o processo de tomada de decisão. Este último aspecto desenvolve mecanismos de participação pública, visando a abertura dos processos de tomada de decisão através das opções de desenvolvimento e da auscultação da população relativamente aos seus objectivos e consequências.

Mas se o planeamento territorial se limitar a procurar melhores localizações para as actividades, admitindo mais crescimento, mas não atendendo à intensidade do desenvolvimento, pode então perder capacidade de convergência social, no que diz respeito aos objectivos de qualidade de vida. É por esta razão que a participação das comunidades locais obriga a uma transformação da cultura e da prática administrativa. Daí que um processo mais estratégico de planeamento engloba, para além da dimensão técnica, as dimensões social e política, articulando os processos de participação, particularmente nas fases de formulação de políticas. Estes processos permitem a crescente sensibilização dos diversos grupos relativamente às questões locais, aproximando objectivos de desenvolvimento e uma co-responsabilização na concretização das acções.

Nos últimos anos, assiste-se, timidamente, a uma crescente politização e ao conseqüente envolvimento das comunidades locais na tomada de decisão. Esta realidade valoriza o papel do planeamento no processo de formação social, que contribui para criar uma nova política redistributiva dos custos e benefícios associados a um adequado incremento do

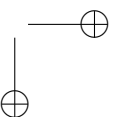
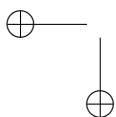




desenvolvimento sustentável. No mesmo sentido, cresce o contributo técnico-científico, em vez das formas intuitivas e políticas de decisão ou da natureza discricionária da mesma, frequentemente condicionada aos interesses dominantes. O planeamento pode exercer um papel importante na clarificação dos custos e benefícios decorrentes das estratégias de desenvolvimento a estabelecer, através das componentes técnica e científica, bem como do debate político, mas exige a formação para a cidadania e para o próprio protagonismo e animação do processo de formulação de objectivos de desenvolvimento e qualidade de vida, com o envolvimento e a responsabilidade dos diversos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão.

A articulação de projectos comuns faz promover a identidade e competitividade global dos territórios e formar uma cidadania informada, crítica e construtiva.

No planeamento estratégico das cidades europeias, produz-se actualmente uma mudança de paradigma: os projectos centrados nas infra-estruturas dão lugar aos projectos centrados nas pessoas. Nos novos planos, começa a ter lugar a gestão dos valores intangíveis, como suporte da competitividade da cidade, como novo discurso urbano. A própria salvaguarda do património envolve um conjunto de bens, actividades e manifestações que não se resume aos monumentos e paisagens, mas integra igualmente o imaterial. As infra-estruturas são indispensáveis, mas a criação de valor é o resultado da actividade das pessoas, pelo que os valores vão ganhando maior importância nas estratégias urbanas e passam a constituir o factor determinante para o desenvolvimento. É essencial a assumpção gradual disto por parte das comunidades locais e o reforço do interesse dos cidadãos para as questões que se prendem com a cultura urbana, a vivência da cidade e os símbolos. Torna-se de particular interesse o reforço da coesão em torno dos valores da identidade própria da cidade, mas também das suas características de ligação à região em que se insere.

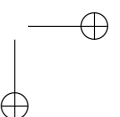
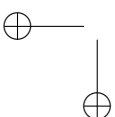


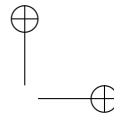
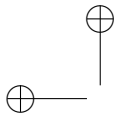


A Publicitação da Cidadania

A relação dos eleitos com os cidadãos é uma relação de direitos e deveres de ambas as partes. A defesa da cidadania é importante, porque as próprias instituições democráticas perdem coesão se faltar aos cidadãos espírito crítico e participação activa. A saúde de uma democracia depende, não apenas da estrutura das suas instituições, mas também das qualidades dos seus cidadãos, da sua lealdade e do desejo de participação na vida pública.

Se bem que a organização político-partidária possa ser uma das primeiras e mais nobres formas de cidadania activa, contudo, o sistema democrático convencional encontra-se em crise, com reflexos nos mecanismos de planeamento do território. O sistema representativo (com base nos partidos políticos), apesar da sua adaptação à mediatização crescente imposta pela comunicação social – os *media* – e alimentada pelo próprio sistema, não responde plenamente, por si só, à evolução do mundo, às novas exigências e dinâmicas colectivas e aos valores comuns contemporâneos. O sistema democrático, baseado em listas partidárias e em assembleias com crescente dificuldade em representar a pluralidade social, deixa de fora os sectores mais dinâmicos, mas igualmente os mais jovens e aqueles que não conseguem organizar-se politicamente. Cumulativamente, as decisões do universo económico – com especial enfoque, localmente, para o sector da construção civil – têm muita influência nos destinos individuais, por vezes mais do

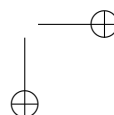
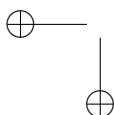




que as decisões políticas. O que significa que a nossa sociedade evolui com base, também, em vontades não democráticas, que se sobrepõem a vontades de valor comum.

A organização e a publicitação das questões colectivas devem, no entanto, ser localmente incrementadas, enquanto pedagogia para a participação e cidadania, refutando cada vez mais as exigências clientelares e estimulando um exercício salutar para a democracia. A intensidade democrática prende-se com uma equilibrada representação dos grupos sociais e com a participação no debate público, mas também com a exposição, denúncia e combate às várias formas de dominação social, muito dependente da relação entre os *media* e a cidadania. A participação cívica e a liberdade de debate são essenciais para o funcionamento de uma sociedade democrática e liberal, mas por vezes o espaço público mediático – que deve desempenhar um papel importante na construção social dos cidadãos, porque difunde os produtos culturais e informativos mais consumidos –, nem sempre cumpre com imparcialidade os seus objectivos, no relato da realidade, no escrutínio do poder político ou na potenciação das capacidades de envolvimento cívico. Apesar de os *media* assumirem um lugar central na nossa sociedade democrática, a sua acção é, por vezes, tendenciosa e a sua relação com o poder político dá-se em quadros muito heterogéneos e por vezes pouco abonatórios – houve quem, na imprensa, favorecesse determinado candidato, pois uma promessa de emprego estava garantida. A gestão do domínio público é vista sob uma vasta capa de desconfiança e suspeição, mas também é verdade que o criticismo contra a política deriva em grande parte dos erros cometidos pelos próprios políticos, pela sua falta de visão estratégica, por uma rede de dependências legitimadas e, ainda, pelo egoísmo e inveja, que criam entraves à capacidade estratégica e empreendedora.

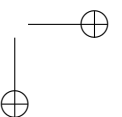
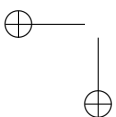
É por estas razões que a desvalorização da política actual está associada também ao desinteresse da população face a estas evidências e atitudes por parte dos diversos actores. A falência do espaço público face ao espaço dos *media* é evidente. O primeiro é essencial à democracia, é





Conselho da Cidade das Caldas da Rainha: origens e contextos 27

aberto e activo para quem dele usufrui; o segundo é limitativo e passivo para o receptor, mas ganha cada vez mais adeptos. Esta realidade tem levado a uma diminuição de responsabilidade por parte dos cidadãos, pondo em causa a sua participação activa na construção do território.





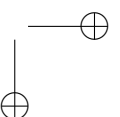
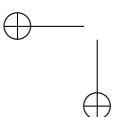


O Conselho da Cidade – primeiros anos

No quadro local, a existência do Conselho da Cidade agrupa a participação organizada da comunidade caldense, formalmente instituída desde 2003, sendo que foi a 8 de Junho de 2004 que veio à colação a questão da aquisição de personalidade jurídica.

O Conselho da Cidade das Caldas da Rainha deveria inverter o estado de pouca capacidade de escrutínio do poder e agendamento de assuntos por parte dos *media* e o estado de frágil capacidade de discurso e organização que os cidadãos demonstram em questões colectivas, porque a defesa da política e da democracia são, em si mesmas, tarefas da cidadania. Aliás, já no I Congresso das Caldas da Rainha (Dezembro de 2000) se prefigurava a necessidade de garantir a capacidade de todos darem valor acrescentado à cidade, para que se pudesse pensar num horizonte mais alargado. Na verdade, o poder autárquico é um poder fragilizado pelos mandatos e, por isso, de difícil alargamento à capacidade criadora.

No início do mandato autárquico (2002-2005), foi feito o convite a um conjunto de personalidades (António Maria de Sousa, João Bonifácio Serra, Maria da Graça Wiesbaum, Mário Gualdino Gonçalves e Rogério Ladeira Caiado) que, pelo seu percurso social, intervenção cívica recente ou defesa da ideia, davam a garantia de se criar um primeiro



grupo de análise que, de alguma forma, ajudasse a autarquia na concretização deste projecto. Ao contrário de outras perspectivas defendidas inclusivamente dentro da Câmara, defendi que o Conselho da Cidade fosse um órgão de intervenção cívica, cooperando de forma organizada, activa e autónoma com os órgãos eleitos da autarquia, dinamizando a cidadania, institucionalizando-a, e promovendo a qualificação e transparência das decisões públicas, de acordo, aliás, com o preconizado pelo movimento CLIC – Cidadania de Livre Iniciativa Caldense. O Conselho da Cidade não devia obstruir, mas exercer uma actividade institucionalizada de colaboração crítica e construtiva, com base numa cultura urbana de cidadania plena, porque um projecto de futuro sem que a comunidade se reveja nele é um projecto votado ao fracasso.

A experiência de participação cidadã na discussão das questões urbanas deveria inverter, nas Caldas da Rainha, um problema generalizado de segregação institucional, que condiciona o desenvolvimento ao nível das comunidades locais e dos bairros e acentua as tendências para a polarização socioeconómica e física nas cidades e para baixos níveis de participação e alienação em relação ao processo político.

Afigurava-se uma tarefa muito difícil, que exigia que todos os interessados partilhassem as responsabilidades pela formulação e aplicação de soluções, como desafio emergente e fundamental da administração pública, para a concretização do papel inovador da cidade e para o bom destino colectivo da comunidade.

A constituição do Conselho da Cidade ocorreu precisamente a 20 de Novembro de 2003, mas apenas a 24 de Fevereiro de 2005 se revestiu de personalidade jurídica. A primeira reunião com a presença de membros dos órgãos eleitos – José Luís Lalandia Ribeiro (Assembleia Municipal) e Jorge Mangorrinha (Câmara Municipal) – decorreu na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha, a 23 de Dezembro de 2003, com a presença da Comissão Executiva do Conselho da Cidade: Mário Gualdino Gonçalves, Rogério Ladeira Caiado, Maria da Graça Wiesbaum, José Nuno Lacerda da Fonseca e Lino Fernando Domingos Romão. Na oportunidade, foi

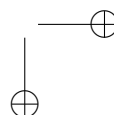
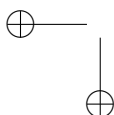


efectuado o historial respeitante à constituição do Conselho da Cidade e traçadas as perspectivas quanto ao seu futuro desenvolvimento, enquanto os dois representantes autárquicos elogiaram o trabalho desenvolvido pelo conjunto de cidadãos que empreenderam a constituição efectiva do Conselho da Cidade.

Perspectivava-se que a acção se baseasse na actividade de grupos de trabalho agregados por afinidade de interesses, os quais podiam integrar pessoas singulares e colectivas não necessariamente inscritas no próprio Conselho da Cidade.

Nesse mesmo ano, algumas acções foram relevantes, designadamente, sobre a questão da mobilidade urbana e nas comemorações associadas à homenagem ao ceramista Manuel Mafra, a propósito do centenário da sua morte. Acções que tiveram o enquadramento da Câmara Municipal, a mesma que, no mandato seguinte, boicotou uma proposta inclusiva e genuína de realização periódica da festa da cerâmica, apresentada pelo Conselho da Cidade, usurpando-se depois da ideia para a fazer de acordo com os interesses e controlo de uma “figura tutelar”.

Não se pode deixar de denunciar, também, o alheamento posterior por parte da autarquia do seu compromisso para com o Conselho da Cidade, cujos estatutos prevêm a representatividade de um elemento da Câmara e um outro da Assembleia Municipal. Isso apenas foi garantido até ao final do mandato autárquico de 2002-2005, expressando tal atitude uma manifesta e assumida desconsideração pela dinâmica cívica de cidadãos em prol da sua terra. Rigorosamente, o Conselho da Cidade podia ter-se extinguido, por essa falta de participação, contrária à essência da sua criação. Mas prosseguiu. . .



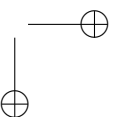
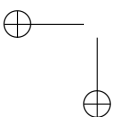




Nota Conclusiva

As cidades e as suas associações são o que os seus cidadãos quiserem. Uma relação entre o poder local e a cidadania dá maior coesão às decisões sobre o desenvolvimento, o que é uma questão, não só de interesse académico, mas de relevância económica, social, política e cultural. As cidades são o ponto de acumulação de potencial e capacidades de inovação, de transformação e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Daí que se torne crucial um grau de consciência perante o agir local, de confrontação entre a competitividade global e as especificidades locais e de integração da participação cidadã na gestão urbana.

O governo da cidade deve buscar a forma de: tornar efectiva a participação; de facilitar a intervenção da cidadania e das associações locais na gestão municipal; de ajudar essas associações para que tenham os meios adequados para fazer a sua tarefa, preservando a sua autonomia; e de colaborar com o sector associativo sem ser intervencionista. Os cidadãos, por seu turno, devem estar disponíveis para definirem o seu papel na sociedade, de uma forma voluntariosa e cívica, bem como para se constituírem em rede associativa, ideia inicial para o Conselho da Cidade, nas Caldas da Rainha, que a congregaria em termos locais. Uma das diferenças essenciais do desenho político e jurídico da administração local, em relação à administração central, por exemplo, é o papel importante que pode ter a participação cidadã directamente no





governo local, e este, ao ter um papel crescentemente importante em termos de competências à escala dos assuntos do País, deve, por sua via, canalizar para isso uma participação cidadã que, de outro modo, dificilmente se expressa para além dos episódios eleitorais.

Esta é uma necessidade para o futuro político, até para que não nos precipitemos na entrada de um ciclo que conduza a uma só solução governativa do País, enquanto regime totalitário, como ciclicamente conhecemos na História da Humanidade. A voz construtiva dos cidadãos é necessária, a todo o momento, em cada uma das cidades e no País.

A participação cidadã é um processo aberto, e favorecê-la deve ser um dos objectivos centrais dos governos locais democraticamente eleitos. Juntos (cidadãos, políticos, associações e instituições diversas), é possível encontrar meios que permitam o compromisso e a cumplicidade necessários para melhorar a participação cidadã, para tonificar a democracia e para se alcançar uma maior equidade social e níveis sustentáveis de desenvolvimento.

Foi este desafio que iniciámos há mais de uma década.





Referências Bibliográficas

Estudo:

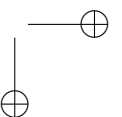
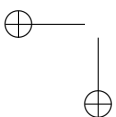
ELOY, A. (2014), *Um Grão de Areia em 40 Anos de Cidadania e Ambientes*. Lisboa: Esfera do Caos.

Periódico:

Gazeta das Caldas (19 de Outubro de 2001, 2 de Novembro de 2001, 16 de Novembro de 2001).

Sítio electrónico:

LOPES, M. (2006), “Jorge Mangorrinha: aceitei candidatar-me depois de sentir um apoio claro do CLIC”, in *Tinta Fresca*, 27 de Março de 2006, <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=5cae12d5-3b0c-457d-bddd-028d655663cd&edition=13> [Consultado em 1 de Fevereiro de 2015.]

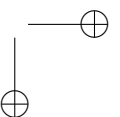
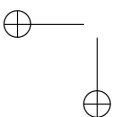






O Autor:

Jorge Mangorrinha (Caldas da Rainha, 1965) é professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e quadro técnico superior da Câmara Municipal de Lisboa. Em termos formativos, é Pós-Doutorado em Turismo, pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Doutorado em Urbanismo, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Mestre em História Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Licenciado em Arquitectura, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Concluiu o Curso de Formação em Televisão (Projecto de Televisão da Igreja, Rádio Renascença) e frequentou a Academia dos Amadores de Música. Autor de estudos científicos e técnicos, bem como de artigos de opinião, realizando intervenções em diferentes países, sendo também letrista de fados e canções. Foi distinguido com o Prémio José de Figueiredo 2010 (Academia Nacional de Belas-Artes). Presidiu à Comissão Nacional do Centenário do Turismo em Portugal (1911-2011). É investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL).







**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do
Projecto Estratégico «PEst-OE/ELT/UI0077/2014»**

